

PORTUGAL EM HISTÓRIAS DA INGLATERRA

Filipe Furtado

Ao longo da História, os povos cujos estados alcançaram uma posição hegemónica ou, mais recentemente, o estatuto de grandes potências mundiais tenderam em regra a exagerar na avaliação da sua própria grandeza, revendo-se numa espécie de circuito fechado, exclusivo e auto-suficiente que dela aparentemente decorreria. O chauvinismo, a arrogância ou a mera indiferença, que não raro se vêm somar a uma certa indolência intelectual, levam-nos muitas vezes a desconhecer (quando não a desprezar), por inúteis e sem interesse, quaisquer dados sobre populações menos influentes e, em consequência, menos consideradas no quadro internacional.

As línguas, veículos de comunicação por excelência, com muito de emblemático no tocante às sociedades que lhes deram forma ou as adoptaram, revelam, quer nos seus conteúdos quer no modo como são encaradas pelos estrangeiros, inúmeras manifestações de tais atitudes. Muitos dos melhores exemplos aduzíveis na actualidade reportam-se, naturalmente, ao privilegiado estatuto planetário do inglês. De facto, na maioria dos países, continuam a crescer a relevância e o estudo desse código quase indispensável em inúmeras actividades, existindo elevadas percentagens da população mundial que o falam e escrevem ou o entendem com alguma facilidade.

Ora, a contrapartida, mesmo em relação a outros idiomas com grande expressão plurinacional, nunca ou apenas raramente se verifica. Comparativamente poucos britânicos, norte-americanos ou australianos experimentam jamais a curiosidade ou a necessidade premente de conhecer de forma intensa qualquer das línguas menos difundidas do que a sua, mesmo que, por exemplo, tenha a importância do francês, do castelhano ou do russo. Tais circunstâncias, de resto, limitam-se a reflectir condicionalismos de índole muito mais geral. Como se sabe, um povo considerado muito influente no xadrez internacional tende em regra a encarar outro bastante menos relevante nesse plano com um distanciamento indiferente ou uma nem sempre discreta sobrançeria, ainda que com ele tenha mantido laços cordiais, estreitos e duradouros.

Entre os casos mais representativos da troca desigual atrás aludida, contam-se as relações de toda a ordem que, ao longo de séculos e, sobretudo, nos dois últimos, ligaram a Inglaterra e Portugal, países envolvidos numa aliança considerada a mais antiga ainda em vigor.

A propósito e retomando o exemplo das línguas, não existirá decerto qualquer dúvida quanto à diferença quase abissal que se verifica entre o interesse dos portugueses pelo inglês e o dos britânicos pelo idioma do seu mais vetusto aliado. No caso vertente, de resto, pouca ou nenhuma influência parecem ter quer o Brasil quer os alegados mais de cento e oitenta milhões de falantes do mundo lusófono. Diferença igual ou pouco menor é perfeitamente detectável e porventura não muito mais difícil de quantificar, pelo menos de forma aproximativa, na curiosidade de cada um dos povos pela cultura do outro e na intensidade com que a estuda.

Entre as numerosas vertentes que tal questão, pela sua abrangência, é susceptível de apresentar, uma revela-se intensamente emblemática de todas as restantes, merecendo por isso particular atenção. Reporta-se a um outro fundo cultural que, como a língua ou ainda mais plenamente, permite conhecer uma população estrangeira mesmo à distância e sem entre ela se viver: a sua história.

Situa-se aqui o objecto do presente texto. Procura ele, mais concretamente, contribuir para responder com a aproximação possível a duas questões: Que grau de conhecimento é razoável presumir terem os britânicos sobre a história de Portugal? Qual o modo como a encaram e avaliam? Embora pareça não ter, até ao presente, atraído suficientemente a atenção de quem investiga as relações culturais anglo-portuguesas, o assunto está longe de poder ser considerado fútil ou pouco oportuno. De resto, não existe razão válida para que a relevância atribuída pela teoria literária ao pólo da recepção e aos estudos de influência não seja transposta para a investigação do modo como um povo “recebe” a história de outro, sobretudo se entre ambos existiram até ao presente inúmeros pontos de contacto.

Daí que dificilmente se possa entender como despicienda qualquer tentativa de averiguar o que conhecerá do passado de Portugal um país que sobre ele, em particular ao longo do século XIX, exerceu uma decisiva influência política e económica, para além de o haver marcado profundamente com as suas realizações científicas, técnicas e culturais. Um país, sublinhe-se, que, tendo embora assistido os portugueses em certos momentos difíceis, várias vezes, em contrapartida, lhes provocou problemas de igual ou maior dimensão e gravidade.

Convém, desde já, deixar bem claro que de modo algum se pretende aventar nestas páginas respostas definitivas ou sequer opiniões de grande solidez, tendo a maior parte do que adiante virá a ser afirmado um teor bem mais prospectivo do que concludente. Intenta-se, tão simplesmente, coligir dados com um mínimo de abrangência e de credibilidade quanto ao que poderá porventura ser o grau de conhecimento do grande público britânico sobre factos e figuras da história de Portugal.

Encontram-se aqui envolvidas diversas questões, entre as quais avultam as seguintes: Que vias ao alcance dos britânicos são prioritariamente susceptíveis de divulgar informações sobre a história de Portugal? Qual a extensão, o rigor e a profundidade desses elementos? Que parcelas da população alcançam? Que nível de interesse despertam? Como são encarados? Tudo isto, como se compreende, impõe em primeiro lugar uma decisão quanto à melhor forma de recolher informações, já que, pelo menos no caso em apreço, um inquérito alargado ou uma sondagem de opinião suficientemente representativa são hipóteses que, pelos óbices de vária ordem que levantam, se encontram, naturalmente, excluídas. Daí que se torne, desde logo, necessário enveredar por uma via indirecta, a de averiguar em que tipo de textos poderá a população da Grã-Bretanha eventualmente encontrar maior soma de informações sobre a História de Portugal. Várias possibilidades se apresentam. À primeira vista, o meio mais adequado será o decorrente do estudo da história dita “geral” ou “universal”, como ele se processa no ensino secundário britânico. Este, com efeito, de há muito cobre a grande maioria da sociedade, embora assuma formas algo diversificadas quanto a extensão e profundidade das matérias. Os dados daí provenientes interessariam, provavelmente, no tocante à história de países que, como a França, exerceram sobre o Reino Unido fortes influências de vária ordem ao longo dos séculos, aparecendo, portanto, referidos em muitas páginas dos manuais. Todavia, por motivos óbvios que aqui não cabe discutir, não é esse propriamente o caso da história de Portugal.

O recurso a algumas enciclopédias de maior tiragem e número de informações poderá também conduzir a resultados compensadores. Porém, as enciclopédias ou, mesmo, os dicionários enciclopédicos, estão longe de ser tão acessíveis ao grande público como os *paperbacks* em edição de bolso, pelo que os dados obtidos através deles serviriam sobretudo para complementar informações coligidas em fontes mais representativas.

A recolha poderia, por outro lado, fazer-se a partir de obras especificamente sobre história de Portugal escritas por autores britânicos e editadas no Reino Unido. Porém, uma opção exclusiva ou predominante por estas, seria em grande medida susceptível de levar a um falseamento dos resultados. Para além de pouco numerosos, tais textos estão longe de conduzir a uma amostragem do presumível universo da recepção pois apenas atingem uma parcela diminuta de leitores, muitos dos quais interessados nesses assuntos por motivos académicos. O problema da representatividade levanta-se de igual modo no concernente a eventuais inquéritos àqueles que estudam língua e cultura portuguesas em cursos universitários, dado o seu número constituir uma verdadeira gota de água no mar da população britânica.

Resta, assim, considerar as alusões a Portugal e ao seu passado ocorrentes em obras sobre história da Inglaterra ou da Grã-Bretanha editadas no Reino Unido. É certo que, *prima facie*, tais livros poderão, pela sua especificidade, parecer uma via menos adequada à divulga-

ção de conhecimentos sobre qualquer outra história nacional. Isto será, com efeito, verdade no tocante a países como a França, a Alemanha, os Estados Unidos e alguns outros, cujo percurso, para além de frequente objecto de estudo, é também conhecido pelo público em geral, sobre ele se encontrando bastantes fontes de informação no mercado livreiro. O mesmo, porém, já não sucede em relação à grande maioria dos restantes, entre os quais se inclui Portugal.

De resto, a mais elementar reflexão leva a concluir serem, no caso vertente, os textos sobre história da Inglaterra os que melhor satisfazem o requisito da representatividade, dado alcançarem um público imensamente mais vasto do que o atingido por qualquer das outras vias atrás sugeridas. Entre aquelas obras, cumpre destacar particularmente as publicadas num só volume, pela sua maior circulação nos meios estudantis e, em geral, nos diversos estratos de leitores.

Algumas delas mantêm uma popularidade e uma vida editorial extremamente longas, não raro chegando a influenciar várias gerações. Um dos casos mais emblemáticos será porventura o de *A Shortened History of England* (Penguin Books, Harmondsworth, 1963 (1942), 603 pp.) de G. M. Trevelyan, livro que, tendo surgido no princípio dos anos quarenta, numa fase ainda difícil da Segunda Guerra Mundial, continuou, com sucessivas actualizações, a ser publicado até hoje.

Com base nos motivos atrás aludidos, optou-se por inventariar as referências a assuntos portugueses eventualmente incluídas em mais de quatro dezenas de obras sobre história da Inglaterra. Recorreu-se predominantemente a trabalhos publicados num só volume, já que os constituídos por vários, sendo menos acessíveis, não atingem em regra uma percentagem muito elevada da população. Convirá ainda sublinhar que quase todos esses textos revelam uma dimensão considerável, em média ultrapassando largamente as três centenas de páginas, o que deles permite esperar uma certa delonga e profundidade no tratamento do respectivo objecto.

Os estudos consultados são distribuíveis pelos seguintes grupos temáticos, conforme o respectivo conteúdo, número de volumes e quantitativo total:

- História da Inglaterra (1 volume)	6
- História da Inglaterra (9 volumes)	1
- História social da Inglaterra (1 volume)	2
- História económica da Inglaterra (1 volume)	1
- História económica e social da Inglaterra (3 volumes)	1
- Épocas e/ou aspectos parcelares de história da Inglaterra (1 volume)	27
- Política externa britânica no século XX (1 volume)	2
- Dicionários de história da Inglaterra (1 volume)	2

Convirá, paralelamente, sublinhar que 11 dos trabalhos consultados se reportam em exclusivo ao século XX, o que, dado outros textos também se lhe referirem, o torna o período aqui mais representado. Como única excepção, acrescentou-se à lista um estudo a todos

os títulos notável sobre o colonialismo português. Trata-se de *The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825* (Carcanet, Manchester, 1991 (1969), 426 pp.), da autoria de C. R. Boxer, o mais importante especialista britânico das últimas décadas em história de Portugal. O total atinge, assim, obras cujo conteúdo se estende por 53 volumes.

Embora o número dos livros que servem de fonte ao inventário possa, até certo ponto, ser considerado algo parco, deve acentuar-se que, para além de evidenciar uma grande diversidade nas épocas e nas matérias focadas, integra quase exclusivamente trabalhos de grande circulação, pelo que as verificações nele baseadas já constituem um ponto de partida bastante aceitável para subseqüentes abordagens.

De qualquer modo, antes de prosseguir, convirá sublinhar que as ilações tornadas possíveis pela amostragem estão, no mínimo, longe de apontar para um interesse candente dos autores por figuras ou factos da história de Portugal. Desde logo, 16 obras (cerca de 37% do total) não contêm qualquer menção explícita a esta esfera de assuntos. Paralelamente, as alusões a assuntos portugueses incluídas na maioria dos restantes livros são, em média, pouco numerosas. Tal se torna ainda mais notório por comparação com as respeitantes a outros países da Europa Ocidental, quer, naturalmente, potências de grande relevo como a Alemanha, a França ou a Espanha, quer, mesmo, estados mais equiparáveis a Portugal pela sua menor dimensão territorial e demográfica como a Holanda ou a Grécia.

Na maior parte dos casos, as referências caracterizam-se também por uma extrema brevidade, raramente ocupando mais do que um período ou, quando muito, um parágrafo. Por outro lado, limitam-se em regra a dados superficiais e de índole genérica. Talvez por isso, poucas vezes envolvem erros ou imprecisões graves, mas também não deixam por si sós transparecer conhecimentos de alguma profundidade sobre história de Portugal. Embora quase todos os textos evidenciem um certo distanciamento e, nessa medida, alguma imparcialidade face aos assuntos a que se reportam, vários incluem apreciações e juízos de valor pouco lisonjeiros ou, mesmo, francamente depreciativos.

Sendo tanto inviável como desnecessário transcrever aqui a totalidade ou, sequer, a maior parte dessas referências, torna-se, de qualquer modo, interessante passar em revista alguns exemplos mais curiosos ou sintomáticos. Entre as obras sobre história geral da Inglaterra num só volume aqui consideradas, a que apresenta maior número de alusões a figuras ou acontecimentos portugueses (apesar de pouco mais de dez) é a já aludida *A Shortened History of England*, cujas 603 páginas não levariam a supor tão reduzida atenção àqueles assuntos. Todavia, para além de apenas raros aspectos importantes das relações luso-britânicas lhe merecerem referência, Trevelyan mostra-se empenhado em atribuir um por vezes discutível protagonismo aos seus compatriotas. Assim, por exemplo, sublinha (p. 429), a propósito da Guerra Peninsular, que a eficácia das tropas portuguesas se deveu exclusivamente aos comandos britânicos. Ora, ainda que tal perspectiva não seja infundada, o teor absolutizante da sua formula-

ção implica uma indisfarçável parcialidade, afinal também patente noutras obras a propósito da mesma questão. Num trabalho igualmente de carácter geral (*The Offshore Islanders*, Penguin Books, Harmondsworth, 1975 (1972), 635 pp.), Paul Johnson assevera que, na época de Cromwell, Portugal estaria relegado para a condição de “satélite político da Inglaterra” (p. 291). Também neste caso, sem que a afirmação deixe de fazer um certo sentido, dificilmente se poderá negar a existência de um considerável exagero. Ainda mais sintomático é o facto de, em *The Oxford History of Britain* (Oxford University Press, Oxford, 1984), volume organizado por Kenneth O. Morgan e com 746 páginas na edição de bolso, não surgirem quaisquer referências assinaláveis a Portugal ou a aspectos das relações luso-britânicas. A omissão atinge uma gravidade acrescida por este livro ter vindo, a partir dos meados da década de oitenta, a substituir de um modo geral o de Trevelyan como texto de grande circulação entre estudantes e restante público leitor.

Passando às obras sobre épocas ou assuntos parcelares, verifica-se não ser muito diferente o panorama. Quinze delas não incluem qualquer alusão a assuntos portugueses, enquanto outras revelam uma acentuada tendência para os menosprezar no confronto com os britânicos. Assim, S. T. Bindoff (em *Tudor England*, Penguin Books, Harmondsworth, 1974 (1950), 320 pp.) sublinha que a tentativa, ocorrida em 1589, de fazer desembarcar em Lisboa uma frota sob o comando de Francis Drake, para apoio aos portugueses na luta contra o domínio espanhol, se gorou por aqueles nada haverem feito para ajudar (pp. 279-280). Surge aqui de novo o processo atrás aludido. Sem deixar, em grande medida, de respeitar os acontecimentos, procura-se exaltar a eficácia britânica, atribuindo, correspondentemente, excessivo peso a uma certa inanição lusitana. Em *England Under the Stuarts* (Methuen, Londres, 1965 (1904), 546 pp.), G. M. Trevelyan traduz uma opinião comum a vários outros historiadores ingleses quando, ao referir-se ao casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança, caracteriza esta como uma figura insignificante: “an unfortunate little woman from a Portuguese cloister” (p. 336).

De um modo geral, as observações de índole censória parecem tornar-se ainda mais incisivas quando se trata de focar o papel colonizador dos portugueses. Colin Cross (em *The Fall of the British Empire, 1918-1968*, Granada, Londres, 1970 (1968), 380 pp.) limita-se praticamente a referências no mínimo nada apreciativas a esse respeito. Por seu turno, David Arnold, embora evite qualquer alusão ao Ultimato de 1890, refere eufemisticamente (em *Britain, Europe and the World: 1871-1971*, Edward Arnold, Londres, 1976 (1966), 471 pp.) que, nesse ano, Lorde Salisbury, o primeiro-ministro britânico de então, estabeleceu um “acordo” com Portugal (e a Alemanha) sobre a partição da África (p. 46). Acordo existiu, com efeito, em 20 de Agosto, mas Arnold esquece ou omite que ele foi imposto ao governo português, cuja capacidade de manobra face aos desígnios britânicos era quase nula. De resto, a mesma lacuna, intencional ou involuntária, transparece numa alusão ainda mais breve e superficial, não ao

Ultimato, mas ao que Stephen J. Lee refere vagamente como “treaties with Portugal over the frontier with Mozambique” na página 206 de *Aspects of British Political History, 1815-1914* (Routledge, Londres, 1994, 375 pp.).

Entre todas as obras consultadas (com excepção da de C. R. Boxer), “*Pax Britannica*”? *British Foreign Policy 1789-1914* de Muriel E. Chamberlain (Longman, Londres, 1990 (1988), 224 pp.) revela-se a que inclui maior número de alusões a assuntos portugueses (27), nelas não se encontrando qualquer observação depreciativa. Trata-se, porém, de menções curtas e, em regra, indirectas. Por outro lado, a relativamente maior soma de referências verifica-se também no tocante a vários outros países estrangeiros, dado as relações exteriores serem o principal objecto do livro. Este, portanto, encontra-se longe de reflectir a efectiva utilidade de Portugal para o Reino Unido, quer durante a Guerra Peninsular quer, em geral, ao longo do século XIX, na complexa rede de interesses tecida à escala planetária pelo Foreign Office e pelo Colonial Office.

Alguns momentos em que Londres, sem grandes preocupações éticas, procurou manejar o seu velho aliado para dele tirar o máximo proveito surgem numa das mais conhecidas obras sobre a presença britânica em África nos finais do século XIX: *The Scramble for Africa, 1876-1912* de Thomas Pakenham (Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1991, 738 pp.). O autor alude, por exemplo, ao facto de a crescente penetração francesa na bacia do Zaire, somada à cupidez do rei da Bélgica, constituir, em 1882, um perigo para o rendoso comércio britânico na região.

Daí que o Foreign Office tentasse lançar Portugal contra a França, encorajando as pretensões de Lisboa ao estuário do grande rio, as quais, ao longo de décadas, havia pertinazmente contrariado (p. 189). A manobra gorou-se não só porque alguns deputados do próprio partido do governo a levaram ao conhecimento do público em plena Câmara dos Comuns, mas também porque Portugal, por motivos óbvios, não podia constituir a barreira mais eficaz a opor às ambições francesas. De qualquer modo, estaria decerto ainda longe do panorama de total decrepitude esboçado por Pakenham um pouco adiante (p. 240), a propósito da lista dos participantes na Conferência de Berlim de 1884: “Then there was Portugal, half-senile and three-quarters bankrupt, hoarding her ancient possessions in Africa, Angola and Mozambique, more out of pride than of any hope of profit.”

Embora, como atrás se apontou, a escassez de dados sobre Portugal seja comum a todos os trabalhos consultados (com a natural excepção do livro de C. R. Boxer), ela torna-se ainda mais notória nos dicionários. Assim, em *Steinberg’s Dictionary of British History* (Edward Arnold, Londres, 1974 (1963), 421 pp.) de S. H. Steinberg e I. H. Evans, apenas existem quatro pequenos artigos de algum modo relacionados com Portugal: *Aljubarrota, Battle of*; *Methuen Treaty*; *Peninsular War* (na sua maior parte, escrito sobre a Espanha) e *Portugal, The Way of* (alternativa para um eventual ataque a Castela por parte da Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos). Circunstâncias idênticas se verifi-

cam em *Dictionary of British History* de J. P. Kenyon (Sphere Books, Londres, 1988 (1981), 415pp.), onde também apenas quatro títulos se referem directamente a assuntos portugueses. São eles *Catherine of Braganza; Methuen Treaty; Oporto, Battle of* e *Peninsular War*. Observações pouco diferentes das atrás feitas aplicam-se, no essencial, a duas das mais relevantes obras publicadas na década de 90 sobre política externa britânica ao longo do século XX: *Losing an Empire, Finding a Role: British Foreign Policy Since 1945* de David Sanders (Macmillan, Basingstoke, 1993 (1990), 349 pp.) e *Britannia Overruled: British Policy and World Power in the Twentieth Century* de David Reynolds (Longman, London, 1992 (1991), 372 pp.).

Em ambas, de novo, o número de menções a Portugal se revela diminuto face às que se reportam a países europeus de população e superfície similares. Assim, no livro de Sanders surgem três (metade ou menos do que as feitas, por exemplo, à Grécia ou à Hungria), enquanto no de Reynolds se encontram cinco (menos do que as respeitantes à Grécia ou à Holanda).

Por outro lado, nesta última obra, nenhum estadista ou político português do século XX merece qualquer referência, aparecendo na de Sanders apenas uma menção indirecta a Oliveira Salazar (p. 177) e, ainda por cima, num contexto claramente erróneo. Com efeito, a propósito das crescentes divergências surgidas em 1974-75 entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, alude-se ao “derrube da ditadura de Salazar”, tendo este, na realidade, falecido vários anos antes. Ora, a ocorrência de uma imprecisão tão facilmente corrigível num livro que em quase tudo o mais revela acentuado rigor científico torna quase inevitável inferir a diminuta relevância que o assunto revestiria para o autor.

Num trabalho de Stephen George sobre as relações entre o Reino Unido e a Comunidade Europeia (*An Awkward Partner: Britain in the European Community*, Oxford University Press, Oxford, 1991 (1990), 224 pp.), é tão grande ou maior a disparidade verificável entre o número das referências a Portugal (7) e o das que se reportam a países como a Holanda (17), a Grécia e, até, o Luxemburgo (17). Se tal poderá ser, até certo ponto, explicável pela adesão algo tardia de Portugal, já se torna menos compreensível que grande parte das alusões a este (e à Espanha), mesmo depois de 1986, sublinhe o receio de eventuais efeitos negativos (maiores contribuições dos estados-membros, menor coesão comunitária, etc.) cuja ocorrência se presumia vir a resultar da adesão dos novos parceiros.

Será agora porventura interessante aludir sumariamente a algumas observações de C. R. Boxer em *The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*, tendo embora em conta a muito menor representatividade da obra no tocante ao objectivo aqui visado. Em menos de trinta páginas (da 340 à 367), entre outros comentários no mínimo pouco favoráveis, salientam-se os referentes à falta de curiosidade intelectual por parte dos portugueses (p. 340), à sua índole retrógrada (p. 342), à sua incapacidade no tocante a aproveitar os conhecimentos científicos obtidos com a Expansão (p. 350) e à insensatez do

sebastianismo (p. 367). Sublinhe-se, porém, que, mais uma vez, tais afirmações, apesar da sua dureza, estão longe de dever exclusivamente à intolerância de um comentador demasiado rigoroso. De facto, a propósito de várias delas, Boxer tem o cuidado de invocar o testemunho de figuras ilustres como o padre António Vieira, Diogo do Couto, D. Luis da Cunha ou Adolfo Coelho, mostrando claramente não dizer sobre os portugueses nada que eles próprios não tenham já dito.

Que conclusões se poderão retirar, ainda que a título provisório, do que até agora veio a ser referido? Desde logo, nenhuma das opiniões atrás respigadas de várias obras será porventura totalmente injusta. Assim, por exemplo, D. Catarina de Bragança estaria, com efeito, longe de se distinguir como figura hábil, simpática ou brilhante, enquanto sublinhar a insensatez do sebastianismo não equivale propriamente a distorcer a verdade. Contudo, também é certo que tais remoques quase nunca têm contrapartida em juízos de valor, se não encomiásticos, pelo menos positivos em relação a aspectos que plenamente os merecem.

Outra inferência retirável das obras consultadas é a de que apenas um escasso número de personagens ou acontecimentos da história de Portugal encontrará o mínimo eco na memória dos britânicos, para além de dificilmente alcançar mais do que uma percentagem muito diminuta da população.

Entre os assuntos apesar de tudo mais focados, avultam o Tratado de Methuen e a Guerra Peninsular, embora, como seria de prever, enquadrados em contextos susceptíveis de sobrevalorizar a perspectiva inglesa. De facto, excepto numa das histórias económicas (Milton Briggs e Percy Jordan, *Economic History of England*, University Tutorial Press, Londres, 1973 (1954), 732 pp.), nada se diz sobre a influência benéfica para o desenvolvimento da produção têxtil britânica que um acesso mais fácil ao mercado português irrecusavelmente originou. De resto, mesmo Briggs e Jordan chegam a culpar o Tratado (p. 598) por, alegadamente, ser favorável a Portugal e desse modo haver impedido a resolução dos diferendos económicos existentes entre o seu país e a França: "The Methuen Treaty of 1703 favoured Portugal at the expense of France, and the chance of commercial peace with our rival was lost". Iguamente esquecida fica, em regra, a importância estratégica de Portugal como testa-de-ponete na Guerra Peninsular, assim como a utilidade da sua colaboração militar para a subsequente derrota da França napoleónica.

Também ocorrem com alguma frequência alusões às tentativas da Inglaterra no sentido de auxiliar a resistência portuguesa contra o domínio espanhol nas últimas décadas do século XVI, tal como ao Tratado de 1661 e ao casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança. O mesmo se pode dizer no tocante às lutas com Castela no reinado de D. Fernando e, mesmo, à Batalha de Aljubarrota, mas apenas a propósito de John of Gaunt e das intervenções inglesas na Península durante a Guerra dos Cem Anos.

Embora o infante D. Henrique (*Prince Henry*) seja mencionado em certas obras, nenhuma delas foca D. Filipa de Lencastre, apesar de a

rainha ser filha de John of Gaunt e neta de Eduardo III. Ao contrário do que se poderia esperar, os Descobrimientos e a Expansão dos séculos XV-XVI não são (excepto, naturalmente, no livro de C. R. Boxer) objecto de atenção correspondente à sua efectiva relevância no quadro mundial. De qualquer modo, algumas alusões se encontram, ainda que muito dispersas e superficiais, à influência naval e comercial quinhentista do nosso país no Oriente, bem como a diversas questões relacionadas com a presença portuguesa em África, sobretudo nos finais do século XIX e durante o século XX.

A muitos títulos, porém, talvez o grande ausente seja o Ultimato inglês de 1890, o qual não surge em qualquer das obras consultadas, nem mesmo nas que prioritariamente se dedicam a questões circunscritas aos domínios britânicos em África. Chega-se a pôr em dúvida que estes historiadores, de elevado gabarito científico na sua maioria, tenham jamais tido notícia de tal acontecimento e das suas consequências mais notórias. Outro exemplo, porventura ainda menos compreensível, desta omissão de dados em muitos casos relevantes, mesmo ao nível da história europeia e planetária, é o que respeita à multissecular aliança firmada com a Inglaterra. Em obra nenhuma aparece qualquer referência globalizante (ou, no mínimo, com mais de um período de extensão) a essa constante das relações entre os dois países, a qual, além de importante segundo a perspectiva portuguesa, tão favorável se revelou aos interesses britânicos. Como se viu, apenas ocorrem menções a uns escassos aspectos pontuais, sobretudo aos Tratados de 1661 e de Methuen.

Silêncio quase igual se verifica em relação ao 25 de Abril de 1974, sobre o qual praticamente nenhuma das obras consultadas apresenta uma referência directa. Para além da alusão, indirecta e errónea, atrás apontada, apenas se encontra uma outra, correcta mas igualmente curta (de resto, incluída numa citação), em *Post-War Britain: A Political History* de Alan Sked e Chris Cook (Penguin Books, Harmondsworth, 1990 (1979), 555 pp.). Aí, a propósito da África do Sul e do Zimbábue, lembra-se unicamente (p. 365) como os reflexos africanos da revolução portuguesa obrigaram o primeiro daqueles países a uma viragem estratégica nas suas relações com outros estados do continente e tornaram inevitável o fim do regime de minoria branca no segundo, então ainda denominado Rodésia.

Tal como sucede com a diferença verificável entre os dois povos no tocante ao interesse demonstrado por cada um na língua do outro, torna-se evidente existir uma enorme distância entre estas raras alusões e as que percorrem qualquer história de Portugal a propósito das relações luso-britânicas ou, mesmo, de eventos exclusivamente respeitantes ao Reino Unido. A mesma observação, de resto, se aplicará com grande probabilidade, num plano mais geral, ao conhecimento recíproco dos dois povos e das respectivas histórias, apesar do fluxo turístico britânico verificável em Portugal nos últimos decénios e do maior conhecimento do nosso país que ele possa hipoteticamente haver fomentado. Também não haverá grande exagero em afirmar que, se um número representativo de britânicos e de portu-

gueses fosse interrogado sobre qual o mais antigo aliado do seu país ou quanto aos nomes dos respectivos Chefes de Estado e Primeiros-Ministros, a percentagem de respostas correctas seria decerto bastante maior por parte do segundo grupo de inquiridos. Por outro lado, a quem atente em várias das referências aqui mencionadas e em muitas outras de teor similar, torna-se difícil evitar a sensação de Portugal ser encarado por vários dos respectivos autores como um parceiro pouco relevante e, de certo modo, sempre disponível, ao qual, por isso mesmo, apenas se dá atenção ou importância nos momentos em que possa revestir alguma utilidade.

Quanto às figuras históricas susceptíveis de encontrar maior eco na memória dos ingleses, será talvez esclarecedora a opinião de C. R. Boxer:

“... Pombal is one of the very few Portuguese in history who is more than a name to the great majority of educated persons outside Portugal and Brazil – ranking in this respect with Prince Henry the Navigator, Vasco da Gama and (one may safely assume) Dr. António de Oliveira Salazar.” (C. R. Boxer, *op. cit.*, p. 178).

O inventário descrito ao longo das páginas anteriores permite conclusões em grande medida semelhantes, se exceptuarmos o governante mencionado por Boxer em último lugar, o qual era bastante mais conhecido à data da publicação do livro (1969) do que actualmente e cuja eventual fortuna histórica ainda não é mensurável neste contexto específico. Efectivamente, as figuras mais referidas são, segundo uma ordem cronológica, o infante D. Henrique, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, D. Catarina de Bragança e o marquês de Pombal. Ironicamente, entre essas personagens terá de ser incluído num lugar cimeiro o rei Filipe I (II de Espanha), o qual, contudo, apenas aparece mencionado enquanto soberano do país vizinho.

Ainda mais escassos são os nomes que, referidos com maior frequência, se viram, por assim dizer, “inglesados”: Braganza, Prince Henry, Ferdinand Magellan e Bartholomew Diaz (este sobretudo conhecido na África do Sul). A eles e a poucos mais se reduz o núcleo básico do que porventura subsistirá sobre história de Portugal numa pequena parcela da mente britânica.